

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 335

Período: 13/06/2009 a 19/06/2009

GEDES - Brasil

- 1- Trabalhos de busca por destroços do Airbus A330 continuam por tempo indefinido
- 2- Livro reúne relatos de familiares de desaparecidos no regime militar
- 3- Interpretações da Lei da Anistia geram controvérsias entre ministros da Defesa e da Justiça
- 4- Planejamento da retirada das tropas da Minustah só deve ocorrer em 2011
- 5- Camponeses do Araguaia receberão indenizações do governo
- 6- Proposta de serviço militar facultativo é aprovada na Câmara
- 7- Pacote de armamentos inteligentes entra em catálogo no Brasil
- 8- Rússia demonstra interesse em investir no setor energético brasileiro
- 9- Editorial analisa a criação do “Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo”
- 10- Polícia recupera último fuzil roubado de quartel do Exército

1- Trabalhos de busca por destroços do Airbus A330 continuam por tempo indefinido

De acordo com os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, os comandos da Marinha da Aeronáutica informaram que as duas forças continuam empenhadas no trabalho de busca de corpos e de destroços resultantes da queda do airbus A330 da Air France no dia 31/05/09. As aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), em conjunto com as estrangeiras, já voaram um total de 1.000 horas, e um navio da Marinha iria se posicionar, no dia 17/06/09, ao norte da cidade de Fortaleza, estado do Ceará, para receber dois helicópteros – um UH-14 Super Puma e um UH-12 Esquilo – que se juntarão às buscas. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, garantiu a continuidade das buscas por tempo indeterminado. A Aeronáutica e a Marinha haviam estipulado o dia 19/06/09 como o prazo final para as operações, mas Jobim, em entrevista na embaixada brasileira em Paris, disse ao ministro da Defesa francês, Hervé Morin, que as buscas prosseguiriam “até o momento em que tecnicamente se entender que elas são inúteis”, (*Jornal do Brasil – País – 17/06/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 13/06/09*).

2- Livro reúne relatos de familiares de desaparecidos no regime militar

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o livro “Dossie Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil”, composto por relatos de amigos e familiares de desaparecidos no período dos governos militares (1964-1985), foi lançado em sua segunda edição. O livro indaga sobre o paradeiro dos desaparecidos e pede a punição dos agentes envolvidos na perseguição política. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/06/09*).

3- Interpretações da Lei da Anistia geram controvérsias entre ministros da Defesa e da Justiça

Conforme o editorial do *Jornal do Brasil*, a declaração do ministro da Defesa, Nelson Jobim, de que as recorrentes demandas de punição aos militares acusados de crimes durante o período do regime militar se trata de “revanchismo”, gerou imediata reação por parte do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezzar Brito, que fez uma distinção entre “justiça” e “revanchismo”. De acordo com Brito, a questão não envolve uma revisão da Lei da Anistia, mas apenas o reconhecimento de que esta lei auxiliou indivíduos aos quais ela não se dirigia. O tema é controverso até mesmo dentro do governo. Na opinião do ministro da Justiça, Tarso Genro, a Lei da Anistia não deve abranger o crime de tortura. Segundo os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, Genro afirmou, em 17/06/09, durante uma audiência pública na Comissão Especial de Anistia da Câmara, que não considera a tortura um crime político. O ministro da Justiça reforçou a sua opinião de que os agentes públicos (civis ou militares) que praticaram o ato da tortura devem ser considerados “delinquentes comuns”. Genro argumentou que houve uma interpretação equivocada da Lei da Anistia, editada em 1979, já que a mesma não abarcou os agentes públicos que seqüestraram e torturaram presos durante os governos militares. Na audiência pública, Genro defendeu a adoção de um novo projeto para amparar todas as pessoas que sofreram algum tipo de prejuízo financeiro por perseguição política naquele período. O ministro ainda informou o governo pretende encaminhar ao Congresso um projeto de lei para alterar os parâmetros utilizados nos cálculos dos pagamentos de indenizações a anistiados políticos, com o intuito de corrigir os pagamentos milionários que são previstos nas legislações vigentes. (*Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 15/06/09; Jornal do Brasil – País – 16/06/09; Jornal do Brasil – País – 18/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/06/09*).

4- Planejamento da retirada das tropas da Minustah só deve ocorrer em 2011

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a chefe da divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro, Gilda Motta Santos Neves, avaliou que missão de paz da ONU no Haiti –Minustah– deve permanecer em operação até que a segurança, o desenvolvimento e a educação no país atinjam níveis satisfatórios, já que o país ainda vive uma situação de “estabilidade frágil”. Neves afirmou que a previsão para que o Conselho de Segurança da ONU autorize uma redução das tropas de paz no Haiti é apenas para 2011. Essa avaliação foi realizada durante um balanço sobre a participação do Brasil na Minustah, que completou cinco anos e envolve atualmente um contingente de 1.280 homens. Durante a reunião, o chefe da divisão do Caribe, Ricardo Peixoto, ainda ressaltou que o governo do presidente haitiano René Préval foi o menos conflituoso em comparação com os governos anteriores. Conforme destacou o *Estado*, essa perspectiva brasileira representa uma reação antecipada às pressões de alguns setores haitianos que reivindicam a realização de um plebiscito sobre a retirada das tropas da ONU do Haiti em curto prazo. Na avaliação do jornal, o Brasil, que voltará ao Conselho de Segurança como membro não-permanente a partir de janeiro de 2010, poderá votar a favor da preservação das tropas de paz no Haiti. De acordo com a embaixadora Vera Machado, subsecretária de

Assuntos Políticos do MRE, a reconstrução do país é uma prioridade da política externa brasileira e “a cooperação do Brasil com esse país é um compromisso de longo prazo, que tem sido conduzido de forma exemplar”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/06/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/06/09).

5- Camponeses afetados na Guerrilha do Araguaia receberão indenizações

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, estava previsto para o dia 18/06/09 a conclusão de 91 processos de anistia política e pedidos de indenização em favor de camponeses perseguidos durante a repressão da Guerrilha do Araguaia (1966-1974). Os camponeses não participaram dos combates e foram utilizados como guias nas florestas e torturados para confessarem envolvimento com o grupo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Tal grupo, composto por 70 jovens, foi enviado à região do Araguaia (no estado do Pará) na tentativa de iniciar um movimento que resultaria na derrubada do governo militar. Em repressão, o governo enviou tropas do Exército, Marinha e da Aeronáutica, que sufocou o movimento. Muitos camponeses locais foram afetados por tal movimento, sendo que vários tiveram familiares mortos nos confrontos entre militares e guerrilheiros. Será a primeira vez que camponeses sem ligação com movimentos sociais ou partidos receberão esse tipo de indenização, cujo valor pode chegar a R\$100 mil. Em 2008, o Brasil foi recomendado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos para que determinasse as responsabilizações penais com relação aos desaparecidos na guerrilha e para que indenizasse as famílias dos mesmos. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Anistia já ouviu 287 depoimentos. Após o anúncio dos julgamentos no dia 18/06/09, ainda restavam a análise de 191 processos: 180 de camponeses e 11 de guerrilheiros. Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, do dia 19/06/09, o ministro da Justiça, Tarso Genro, juntamente com a Comissão de Anistia, anunciou que 44 moradores da região serão indenizados pelas causas supracitadas. Contudo, a decisão não agradou as quase 1.000 pessoas que estavam no local. Segundo Sezostrys Alves da Costa, vice-presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, os critérios para a concessão da anistia e indenização são discutíveis, pois o número de concessões (44) é insuficiente em relação ao tempo que a comissão teve para analisar os casos apresentados (304). Já a Comissão de Anistia respondeu que, apesar do tempo, muitas das documentações apresentadas não foram suficientes para comprovar os relatos. O ministro Tarso Genro, por sua vez, argumentou que as pessoas que não foram contempladas podem recorrer da decisão à própria Comissão. Além disso, o ministro aproveitou para pedir perdão publicamente, em nome do governo Lula, pelos atos cometidos pelo Estado durante a guerrilha: "Esse é um pedido de desculpas, um pedido de perdão do Estado brasileiro. Tradicionalmente a anistia ocorre quando o Estado perdoa. Não é essa a nossa visão de anistia. É o Estado que tem que pedir desculpas, é o Estado que tem que se envergonhar. Isso não é revanchismo. É a afirmação da dignidade da pessoa humana."(Folha de S. Paulo – Ilustrada – 17/06/09; Folha de S. Paulo - Brasil - 18/06/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/06/09; O Estado de S. Paulo - Nacional - 18/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/06/09; Jornal do Brasil – País – 19/06/09).

6- Proposta de serviço militar facultativo é aprovada na Câmara

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou no dia 17/06/09 a proposta de acabar com a obrigatoriedade do serviço militar obrigatório para jovens que completam 18 anos. Se aprovada em uma comissão especial e em dois turnos no plenário, ficará estabelecido que a prestação do serviço será facultativa para homens e mulheres entre 17 e 45 anos. De acordo com o ministério da Defesa, cerca de 1,6 milhão de jovens se inscrevem anualmente no serviço militar, mas somente 80 mil são incorporados. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 18/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/06/09*).

7- Pacote de armamentos inteligentes entra em catálogo no Brasil

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o primeiro pacote de armamentos inteligentes está entrando em catálogo nas empresas Avibrás Aeroespacial, Britanite IBQ Ltd^a e Mectron Engenharia. O pacote inclui aviões sem piloto para missões de vigilância e de ataque (em voos de 15 horas); bombas guiadas que podem ser lançadas a 20 quilômetros do alvo e mísseis capazes de cobrir 300 quilômetros para despejar uma grossa chuva de fogo sobre o alvo com erro máximo é de 6 metros. Realizada na cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2009, a feira Latin America Aerospace and Defence (LAAD) apresentou as maquetes do kit de guiagem SMK, que foi criado no Comando Tecnológico da Aeronáutica (CTA). As mesmas foram entregues às empresas privadas de desenvolvimento. Tal equipamento utiliza um sistema inercial de navegação e recebe os sinais das redes GPS, americana, e Glonass, russa. O principal benefício é o aumento do alcance e a preservação do desempenho sob condições climáticas adversas. Até o momento não há informação oficial sobre o programa. Já na Avibrás Aeroespacial, a equipe da empresa mostrou-se empenhada com a aprovação de uma proposta para a construção do Veículo Aéreo não Tripulado (VANT). O programa custará R\$ 27 milhões e objetivará a construção de um avião sem piloto, com autonomia de 15 horas, e carga útil de 150 quilos, além do alcance de 150 quilômetros e teto de 4,5 mil metros. Há ainda outra novidade na empresa, o foguete Skyfire-70 dotado de ogiva de seis quilos, no valor de US\$ 20 mil, com o qual o avião poderá ser carregado. Para o início de 2010 estão programados os kits de bombas inteligentes. Tal equipamento permite um bombardeio preciso de 12 metros depois do lançamento por um caça AMX e de um vôo planado de 20 quilômetros. O presidente da empresa, Sami Hassuani, prevê ainda um programa destinado a integrar o elo do Exército na defesa dos interesses na plataforma continental, jazidas do pré-sal e toda a rede de plataformas da Petrobrás. O projeto pode chegar a R\$ 1 bilhão. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/06/09*).

8- Rússia demonstra interesse em investir no setor energético brasileiro

Conforme noticiou a *Folha de S. Paulo*, o chanceler russo, Serguei Lavrov, afirmou que seu país se interessa em vender tecnologia nuclear ao Brasil, visto que o governo brasileiro iniciará em 2010 a construção de quatro usinas atômicas e planeja mais 50 usinas para as próximas décadas. Segundo o

ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a cooperação energética está sendo discutida, mas apenas com enfoque nas energias renováveis, campo em que França, Coréia do Sul e Japão levam vantagem por terem tecnologia mais limpa. (Folha de S Paulo – Dinheiro – 17/06/09).

9- Editorial analisa a criação do “Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo”

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma análise da relevância da criação do “Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo”, idéia do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), general Jorge Armando Felix. A coluna lembrou a afirmação de Milton Friedman, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1976, que considerou os atentados terroristas de 11/09/01 em Nova York – junto com a queda do Muro de Berlim, em 1989 – como marcos da profunda mudança nas relações internacionais contemporâneas. No contexto em que nenhum território ou comunidade estão imunes a atos terroristas, o jornal argumentou que os governos possuem o dever de estudar estratégias e articular esquemas preventivos de combate ao terrorismo, ainda que a probabilidade de sua ocorrência seja remota. Nesse sentido, a criação do “Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo” foi considerada essencial para o Brasil. Esse órgão possui as tarefas de manter o governo atualizado sobre os assuntos pertinentes ao terrorismo internacional e às ações voltadas para a sua prevenção e neutralização; promover estudos, reuniões e outras iniciativas destinadas a ampliar o conhecimento estratégico sobre o fenômeno terrorista e crimes conexos, bem como sobre políticas, estratégias, programas e atividades de prevenção e combate ao terrorismo; participar e receber subsídios para avaliar o risco de ameaça terrorista; estudar e propor subsídios para a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo,; promover a articulação dos órgãos governamentais com interesse na questão, por intermédio dos seus integrantes, pertencentes aos quadros do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa e à disposição do GSIPR. O jornal enfatizou que todas as atividades atribuídas ao Núcleo se resumem a estudos e proposições, que, somados ao treinamento e ações de campo contra atividades terroristas da Polícia Federal e das Forças Armadas, procuram garantir a segurança nacional. O núcleo ainda pode assessorar o presidente da República, em especial nos momentos urgentes nos quais os organismos multilaterais decidem sua posição com relação ao tema. (O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – 17/06/09).

10- Polícia recupera último fuzil roubado de quartel do Exército

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) de São José dos Campos, cidade do estado de São Paulo, encontrou em uma valeta às margens da Rodovia Carvalho Pinto o último fuzil roubado do 6º Batalhão de Infantaria Leve de Caçapava, cidade do estado de São Paulo. A operação de resgate dos sete fuzis levados do quartel do Exército mobilizou cerca de 700 militares e durou

um mês. (Folha de S. Paulo – Cotidiano - 19/06/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/06/09).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).